

## Pensando em cruzeiros

A dívida externa assusta. Afinal, quase em 100 bilhões de dólares, seus compromissos, em termos de juros e amortizações, mostram-se demasiado pesados para que, às custas de uma prolongada recessão, o Brasil obtenha saldos comerciais para atendê-los.

Mesmo com o alcance de um superávit comercial de 6,3 bilhões de dólares previsto pelo Governo, o peso dos juros da dívida — 11 bilhões de dólares e dos demais déficits de serviço — 3 a 3,5 bilhões de dólares — não será aliviado em 50%.

Mas, enquanto se discute se a solução para o pagamento é uma moratória ou uma renegociação ampla da dívida com prazos elásticos para o pagamento dos juros e do principal, dando espaço para a economia respirar e concluir alguns projetos destinados à exportação, não deve ser descuidada a dívida interna.



A dívida pública em títulos (Letras do Tesouro Nacional e ORTNs) já é superior a Cr\$ 13 trilhões — 21 bilhões de dólares, ou 22% da dívida externa.

Se for considerada ainda a dívida do Banco Central por depósitos de bancos e empresas em moeda estrangeira na Resolução 432 e mais os recursos captados pelo Banco do Brasil em RDBs-recibos de depósito bancário (que não deixam de ser utilizados para obter recursos para tapar o déficit público), a cifra supera Cr\$ 20 trilhões — 32 bilhões de dólares, 33% da dívida externa.



O Documento dos Empresários, divulgado semana passada, em São Paulo, ao pedir prioridade para o saneamento das finanças internas, certamente tomou como preocupação a hipótese do Governo declarar uma renegociação ou uma moratória de sua dívida interna. Um desastre para o setor privado, sobretudo para o mercado financeiro.